



## **ACESSIBILIDADE: A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COMO MEIO DE FORTALECIMENTO AO ATENDIMENTO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - PCDs, NAS UNIDADES DE SAÚDE DA SESAP/RN.**

Tházia de Souza Cirino<sup>1</sup>  
Marcelo Mafort de Oliveira<sup>2</sup>  
Ruth Nayara Firmino Soares<sup>3</sup>  
Yago Jefferson Bezerra Pereira<sup>4</sup>  
Karoline Câmara Noronha<sup>5</sup>  
Fernanda Carla Faustino<sup>6</sup>

### **RESUMO**

A educação no âmbito do SUS é um tema que tem proporcionado diversos estudos, seja no seu campo de atuação in loco ou apenas em aspectos teóricos. Nesse sentido, é importante ressaltar que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seus artigos 196 a 200, dedica-se integralmente a definir os princípios balizares da saúde, neste íterim, insere-se o SUS em uma sociedade em constante crescimento, impondo-se o fornecimento de atendimento adequado às necessidades especiais dos usuários que procuram as instituições de saúde, contando com trabalhadores que atuem com suas formações dentro das dimensões políticas, culturais e sociais do SUS e toda a diversidade de atenção que os usuários necessitam, coadunando-se com as condições diferenciais na prestação do cuidado à saúde. Assim, o objetivo geral é propor um curso de capacitação profissional para os servidores da rede SESAP/RN, para que os usuários que se enquadrem no perfil descrito tenham um atendimento de melhor qualidade, dentro do proposto em Lei. O estudo se justifica pela carência de trabalhos voltados à melhoria do atendimento ao usuário PcD e pelo baixo número de qualificações voltadas para a temática. Na metodologia é utilizado um estudo descritivo e exploratório, focado em uma abordagem do tipo qualitativa e quantitativa, sendo quantitativa sobre o número de pacientes PcD e qualitativa no que se trata do atendimento ao usuário com deficiência, pautando-se principalmente na relevância dos componentes subjetivos destes usuários, considerando a ação de formação dos sujeitos e um entendimento e

---

<sup>1</sup> Especialista em Gestão Estratégica pela Universidade Potiguar - UNP, Servidora Efetiva da Secretaria de Saúde Pública do RN, cirinothazia@gmail.com;

<sup>2</sup> Especialista em Marketing pela Universidade Estácio de Sá, bacharel em Administração pela Faculdade Estácio do Rio Grande do Norte e graduando em Direito pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, marcelooliveira@alu.uern.br;

<sup>3</sup> Especialista em Educação pelo Curso de Pedagogia do Movimento na Infância da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, Pedagoga - UFRN, Nutricionista pela Universidade Potiguar, Graduanda em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do RN, narinarn@yahoo.com.br;

<sup>4</sup> Especialista em Logística e Cadeia de Suprimentos - FMU, International Trader pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RN, Graduando em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do RN, yago.jefferson@outlook.com;

<sup>5</sup> Especialista em Psicologia Hospitalar - UniBF, Graduada em Psicologia pela Universidade Potiguar - UNP, karolinenoronhac27@gmail.com

<sup>6</sup> Mestre em Educação Profissional - IFRN, Pedagoga - UFRN, Servidora Efetiva da Secretaria de Saúde Pública do RN, fernaca@uol.com.br;



compreensão dos significados construídos por eles no cotidiano, no tocante à especificidade do atendimento às pessoas com deficiência.

Após discutir a temática, torna-se evidente a necessidade do Sistema Único de Saúde possuir práticas alinhadas à legislação, garantindo aos usuários com deficiência (PcD) melhor atendimento e qualidade nos serviços oferecidos por meio de servidores preparados e capacitados para acolher a sociedade, independentemente de suas necessidades.

**Palavras-chave:** Pessoas com Deficiência, usuários do SUS, educação profissional, SESAP/RN, educação permanente em saúde.

## INTRODUÇÃO

As discussões que promovem a Educação Profissional e Tecnológica na área da Saúde vem atender ao disposto do que preconiza a Lei nº. 8.080/90 (BRASIL, 1990) quando indica a formação dos trabalhadores da saúde como um dos elementos fundamentais para o fortalecimento do SUS. Porém, esse mesmo SUS inserido em uma sociedade em constante crescimento e considerando promover atendimento que atenda as necessidades especiais dos usuários que procuram as instituições de saúde, conta com trabalhadores que atuam com suas formações dentro das dimensões políticas, culturais e sociais do SUS e toda a diversidade de atenção que os usuários necessitam desses trabalhadores, coadunando a condições diferenciais na prestação do cuidado à saúde.

Nos serviços de saúde, espaços onde os trabalhadores da saúde atuam, seus processos coadunam particularidades que, em momentos são aspectos assistenciais, e em outros, produzem conhecimentos na formação de equipes por meio de processos de ensino e aprendizagem. Neste, especificamente, ocorre a formação dos profissionais *in loco*, que visa fortalecer os processos de trabalho nas condições essenciais que são demandadas. Esse processo formativo, denomina-se Educação Permanente em Saúde (EPS), conceito instituído por meio da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), que tem evoluído de forma significativa, tomando como base as Leis Ordinárias e Complementares, apoiadoras dos projetos e propostas de trabalhos direcionadas para Educação dentro do Sistema Único de Saúde – SUS. Para tratar da EPS, destacamos o lançamento da Portaria nº 1.996/2007, que antecede e dispõe sobre as diretrizes para implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) (BRASIL, 2007). A PNEPS constitui um ganho significativo no tocante à formação dos trabalhadores da saúde rompendo com a lógica da educação continuada e do treinamento, para possibilitar lançar luz às diferentes realidades de saúde, ao cotidiano do trabalho e às reais necessidades de formação.



Cabe ressaltar que a PNEPS reafirma os princípios da Educação Permanente, a necessária articulação entre ensino-serviço e destaca a importância dos problemas cotidianos do trabalho, onde os mesmos devem se constituir enquanto demandas para o processo formativo e de qualificação dos trabalhadores. Tal Política deixa clara a relação com os princípios e diretrizes do SUS, da atenção integral à saúde e com o cuidado em saúde. Dessa forma, a Educação Permanente em Saúde é compreendida como um processo de educação no trabalho e para o trabalho, cuja finalidade é a transformação das práticas profissionais e da organização do serviço a partir da realidade local e da análise coletiva dos processos de trabalho, visando a melhoria da qualidade.

A educação dentro do SUS é um tema que tem proporcionado diversos estudos, seja no seu campo de atuação *in loco* ou apenas em aspectos teóricos. Assim, a Constituição Federal de 1988, em seus Artigos 196 ao Artigo 200, trata exclusivamente da Saúde. Dessa forma, é necessário destacar o Artigo 196 da referida constituição, que apresenta em seu texto: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

O texto constitucional torna-se referência para a criação da Lei do SUS, Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990, publicado aproximadamente 2 anos após a publicação da Constituição Federal. A chamada Lei do SUS dispõe em seu texto sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e outros temas considerados relevantes. Sendo importante destacar a perfeita implantação do proposto na CF/88, quando traz em seu primeiro parágrafo, o fiel texto do Art. 196 da CF/88.

A Lei do SUS, ainda reforça de maneira resumida em seu Art. 2º, que: “A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.”

Sobre o atendimento ao usuário do SUS, a Lei 8.080/1990, em seu Art. 15, apresenta que: “XIII - para atendimento de necessidades coletivas, urgentes e transitórias, decorrentes de situações de perigo iminente, de calamidade pública ou de irrupção de epidemias, a autoridade competente da esfera administrativa correspondente poderá requisitar bens e serviços, tanto de pessoas naturais como de jurídicas, sendo-lhes assegurada justa indenização;”



Ainda, apresenta a necessidade de um “plano de ação” para a aplicabilidade da Lei de forma eficiente para o usuário, no qual é preciso: “XXI - fomentar, coordenar e executar programas e projetos estratégicos e de atendimento emergencial.”

Dentro do contexto Estadual, no Rio Grande do Norte, a Secretaria de Saúde do RN – SESAP tem criado Planejamentos Estratégicos Anuais, dentro da Programação Anual de Saúde - PAS e do Plano Educacional da Subcoordenadoria de Gestão da Educação na Saúde – SGEN, inserida na Coordenadoria de Gestão do Trabalho e da Educação da Saúde – CGTES, alinhados com o proposto tanto na Constituição Federal quanto na Lei do SUS, sendo referenciada pela Portaria do FITEC, 1.343 de 24 de julho de 2019. Assim, é importante destacar que mesmo tomando como ponto de partida uma Lei Ordinária, explorada de forma complementar e orientada por uma Portaria Estadual, o intuito é sempre o mesmo: atender o usuário dos serviços do SUS da maneira mais eficiente, dentro de seus diversos contextos e considerando as diferentes necessidades do usuário e os diversos públicos.

Após contextualização, surge o seguinte questionamento que referencia o objetivo deste estudo: Diante da inexistência de atividades educativas voltadas para melhoria do atendimento ao usuário do SUS com deficiência, seja física ou intelectual, dentro do campo de atuação da SESAP/RN, é possível criar uma proposta de capacitação para os servidores da SESAP/RN, conforme proposto pela Legislação Brasileira que direciona o serviço público de saúde?

Assim, o objetivo geral do presente estudo é propor uma capacitação profissional para os servidores da rede SESAP/RN, para viabilizar um atendimento de melhor qualidade aos usuários que se enquadrem no perfil descrito, dentro do proposto em Lei.

De forma específica, busca-se: evoluir com atividades de EPS nos serviços e unidades de atendimento de saúde; incluir no planejamento de capacitação anual da SGEN, uma capacitação definitiva voltada para atendimento aos usuários PcDs dos serviços de saúde, sob atuação da Secretaria de Saúde do RN.

O presente estudo se justifica pela carência de trabalhos voltados para melhoria do atendimento ao usuário PCD e pelo baixo número de qualificações voltadas para a temática. Também se justifica pela necessidade urgente de qualificar os profissionais da SESAP/RN para melhoria no recebimento desse usuário, proporcionando eficiência, conforme proposto na Lei do SUS 8.080/1990 (BRASIL, 1990).

## **METODOLOGIA**



Trata-se de um estudo descritivo e exploratório, focado em uma abordagem do tipo qualitativa e quantitativa, sendo quantitativa sobre, número de usuários e qualitativa no que se trata do atendimento ao usuário com deficiência, pautando-se principalmente na relevância dos componentes subjetivos destes usuários, considerando a ação de formação dos sujeitos e um entendimento e compreensão dos significados construídos por eles no cotidiano, no tocante à especificidade do atendimento às pessoas com deficiência.

Segundo Minayo, as abordagens qualitativas “se conformam melhor a investigações de grupos e segmentos delimitados e focalizados, de histórias sociais sob a ótica dos atores, de relações e para análises de discursos e de documentos” (MINAYO, 2008, p.57). A autora afirma, ainda, que a metodologia qualitativa é capaz de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como parte dos atos, das relações e das estruturas sociais. (MINAYO, 1994).

Com a intenção de busca de discussões sobre a temática escolhida, utilizou-se a estratégia da revisão de literatura com vistas a subsidiar o referencial teórico a ser representado nesse estudo. Nessa perspectiva, foi realizada uma investigação do tipo estado do conhecimento, que tem como característica determinante o mapeamento e a discussão da produção científica em determinado campo do conhecimento e em um determinado período (ROMANOWSKI; ENS, 2006), se constitui, pois, em um inventário descritivo da produção acadêmica sobre o atendimento de pessoas com deficiências nos serviços de saúde. Ainda sobre essa escolha metodológica, Morosini e Fernandes (2014) acrescentam que estado de conhecimento é identificação, registro, categorização que levam à reflexão e síntese sobre a produção científica, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica.

Para analisar os dados coletados na busca literária adotou-se a técnica de análise de conteúdo, entendida como meio para estudar as comunicações entre os homens, colocando ênfase no conteúdo das mensagens.

Essa técnica trabalha tradicionalmente com materiais escritos, como textos que são construídos no processo de pesquisa, tais como transcrições de entrevistas e protocolos de observação, assim como textos que já foram produzidos para outras finalidades, como jornais, revistas e outros. Seu objetivo central reside em traduzir fatos sociais em dados suscetíveis de tratamento quantitativo ou qualitativo, organizando-os de modo tal que adquirem significação para a teoria a ser elaborada.

Para a aplicabilidade do projeto formativo, proposta que coaduna com a viabilidade de continuidade desse estudo, os sujeitos que subsidiarão as respostas quantitativas ao qual se



espera, após atividades educativas, são servidores do SUS, mais especificamente, que atuam no Hospital Geral Dr. João Machado; Centro de Reabilitação Infantil - CRI e Hospital Maria Alice Fernandes, de diversos contextos socioeconômicos e gêneros, distribuídos nas diversas unidades de atendimento de forma aleatória. Dessa forma, como critério de inclusão foram considerados profissionais atuantes na SESAP/RN independente do gênero e contexto econômico, inseridos de forma aleatória, situados em quaisquer unidades de atendimento; e como critério de exclusão: trabalhadores da saúde que não fazem parte do quadro de servidores da SESAP/RN.

Quanto à amostra, Minayo considera ideal para a pesquisa qualitativa, aquela capaz de refletir a totalidade na suas múltiplas dimensões, onde se privilegia os sujeitos sociais que detêm os atributos que o pesquisador pretende conhecer e o número suficiente (de entrevistas) será aquele que permite a reincidência das informações (MINAYO, 2008, p.102).

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Com vistas a propor meios para a identificação de necessidades de formação que fortaleçam os profissionais para o atendimento ao público PcD, uma busca na literatura foi realizada nos meses de maio e junho de 2023, considerando bases de dados eletrônicos *Scielo* e Google Acadêmico (Quadro 1), utilizando os descritores combinados por meio dos operadores booleanos AND e OR, e selecionados no Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) os quais permitiram a construção de estratégia de busca: ((Pessoas com deficiência) OR (Atenção à saúde) OR (Integralidade em saúde))AND((Sistema único de saúde) OR (Serviços de saúde) OR (Saúde da pessoa com deficiência)).

Apesar da escassez de publicações sobre a temática, foram encontrados três artigos. Os artigos foram incluídos por terem relação com o tema, e estavam disponibilizados na íntegra, sendo publicados no período de 2018 a 2023. Os critérios de exclusão foram artigos incompletos e sem relação direta com a temática.

Os dados provenientes dos estudos foram organizados, analisados e discutidos criticamente, sendo assim, o Quadro 1 apresenta uma caracterização das publicações incluídas. Essa organização permitirá uma visão geral dos artigos.

Quadro 1: Artigos levantados

Procedência	Título do artigo	Autores	Periódicos	Considerações
Google Acadêmico	Avanços e Desafios na Atenção à Saúde de Pessoas com Deficiência na Atenção Primária no Brasil: Uma Revisão Integrativa	Amorim; Liberali; Neta, 2018.	v. 01, p. 224-236, 2018	Estudo de Revisão Integrativa da Literatura com objetivo de descrever e analisar os fatores facilitadores e dificultadores para a atenção integral à saúde da pessoa com deficiência na atenção primária no Brasil, no período de 2006 a 2016. Dentre as categorias que emergiram na pesquisa destaca-se: “capacitação profissional para atuar junto à pessoa com deficiência e acessibilidade aos serviços na atenção primária”.
Google Acadêmico	Atendimento à pessoa com deficiência auditiva e surdos na Atenção Básica: desafios no preparo dos profissionais de saúde e alternativas de mudança.	Tiradentes, <i>et al</i> ; 2023.	v. 23, nº 4, p. 01-08, 2023	Estudo de Revisão Bibliográfica, com enfoque para dois eixos: “Desafios no preparo de profissionais de saúde no atendimento à pessoa com deficiência auditiva e surda na ABS” e “Alternativas de mudança para a melhoria no atendimento à pessoa com deficiência auditiva e surda”. Estudo com objetivo de analisar o preparo dos profissionais de saúde para atender e receber as pessoas com deficiência auditiva e surdas na atenção primária brasileira, bem como estudar possibilidades existentes para a melhoria no atendimento desses usuários.
Scielo	Percepções sobre a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência em uma Região de Saúde.	Dubow; Garcia; Krug, 2018.	v. 42, nº 117, p. 455-467, 2018	Estudo de caso, por meio de Pesquisa exploratória com emprego de questionários e entrevistas com 49 sujeitos, para mapear, descrever e analisar o contexto, relações e percepções de distintos atores envolvidos no processo de implantação da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência na 28ª Região de Saúde do Rio Grande do Sul.

Fonte: Elaborado pelos autores. Junho, 2023.

Os resultados encontrados no estudo de Amorim; Liberali; Neta (2018), apontam a existência de inúmeros desafios relacionados: à ausência de diretrizes claras, número insuficiente de profissionais apoiadores, falta de integração entre os mesmos, falta de capacitações e qualificações permanentes, forte influência de formações biomédicas dos profissionais e desarticulação com as políticas públicas. Dessa forma, evidenciou-se escassez





de ações de cuidado, falta de acessibilidade física e atitudinal, aumentando as iniquidades e dificultando o alcance da integralidade em saúde.

Tiradentes, et al. (2023), abordam e evidenciam a falta de acesso às informações, de acessibilidade aos serviços, falta de qualificação dos profissionais de saúde, ressaltando especificamente no que se refere à falta de habilidades de comunicação em língua brasileira de sinais, dessa forma, as problemáticas precisam de estratégias para promoção de equidade e a não violação dos direitos desses atores sociais, além disso, as políticas não devem ser limitantes, como a Rede de Cuidado à Pessoa com Deficiência (RCPD), sendo esta ancorada no biologicismo curativo da reabilitação por meio de aparelhos auditivos. Os autores trazem a necessidade da promoção do desenvolvimento de uma assistência integral à saúde, como também, oportunizar mudanças sociais e estruturais que reconheçam as singularidades desses sujeitos.

Dubow; Garcia; Krug (2018), concluem que a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência da 28ª Região de Saúde do Rio Grande do Sul, apresenta os componentes organizativos: atenção básica, atenção especializada em reabilitação, atenção hospitalar, urgência e emergência, no entanto, ainda se faz presente, nos serviços de saúde, ações fragmentadas que não garantem a continuidade e integralidade do cuidado, fazendo necessária uma reorganização da atenção para o alcance da integralidade para que sejam consideradas as vulnerabilidades das pessoas com deficiência, dessa forma, enfatiza-se a importância de movimentos micropolíticos (para produção de novos arranjos), da qualificação do cuidado, incentivos financeiros, ampliação de profissionais específicos para área de reabilitação nos municípios e articulação de ações e serviços da rede de atenção à saúde. Os autores concluíram que na Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência da 28ª Região de Saúde do Rio Grande do Sul está ocorrendo um processo gradual de incorporação das diretrizes do cuidado para esses sujeitos, por meio de delineamentos alinhados às necessidades da população, criação de arranjos visando a integralidade da atenção. Vale ressaltar a inexistência, nessa região, de um serviço de referência para deficientes visuais.

Os estudos supracitados são reveladores da existência de desafios, grande influência do biologicismo curativo, fragilidades na qualificação dos profissionais, necessidade de aperfeiçoamento das políticas públicas, e de qualificação do cuidado; os estudos ainda evidenciaram a inexistência de equidade no que se refere aos atendimentos às pessoas com necessidades especiais.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**





Após estudo do referencial teórico e reconhecimento da necessidade de ampliar as possibilidades dos servidores da SESAP/RN para o atendimento qualificado direcionado para todos os usuários do SUS, independente de suas condições físicas, intelectuais e sociais, é possível elaborar capacitações direcionadas para o público PcD, tendo em vista que as capacitações existentes são generalistas e atende a todos os usuários, independente de necessidades especiais.

Salienta-se que nos planos estratégicos da SESAP, todos os setores/áreas devem ser contempladas com atividades de educação permanente, no entanto, o maior alcance tem se agudizado nos espaços assistenciais em consequência das constantes mudanças epidemiológicas e com isso, necessidades de reorganização de fluxos e de práticas. Um exemplo muito pertinente, foram os anos com emergências epidêmicas da COVID-19, que naturalmente potencializou a realização de atividades de capacitações, treinamentos, principalmente nos serviços da assistência direta aos usuários, sejam eles os serviços de urgência e emergência ou os de atendimentos eletivos que se adequaram para os cenários que vivenciaram mudanças constantes. Tal necessidade potencializa o argumento da importância da implementação da Educação Permanente em Saúde e no tocante ao atendimento às Pessoas com Deficiência, o estudo realizado denota uma carência de formação diante das especificidades da temática. Corroborando a necessidade de defesa em estudos e formação na área da saúde, é preciso perceber a subjetividade dos profissionais em sua formação. Para Ramos (2013), a forma como os homens trabalham e produzem suas condições de existência material determinam as formas como eles pensam, sentem e representam o mundo em que vivem. (RAMOS, 2013, p. 27). Tal afirmação coaduna com a proposta de fortalecer os sujeitos dessa proposta que, em seus cenários diários, encontram desafios para o atendimento do usuário PcD.

Mesmo diante de todo o planejamento estratégico eficiente da Subcoordenadoria de Educação e Gestão na Saúde - SGEs, ainda há uma lacuna, não existindo nenhuma atividade de educação permanente em saúde direcionada a qualidade e melhoria do atendimento ao usuário PcD. Assim, surge deste grupo de pesquisa, o desenho para um processo formativo, conforme Quadro 2.

Quadro 2: Proposta de atividade formativa para servidores em atuação no Hospital Geral Dr. João Machado; Centro de Reabilitação Infantil - CRI e Hospital Maria Alice Fernandes.

<b>TÍTULO:</b>	<b>MELHORIA DA QUALIDADE DO ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS PCDs DO SUS NAS UNIDADES DE SAÚDE DA SESAP/RN.</b>
<b>PÚBLICO-ALVO:</b>	Servidores da Rede Estadual de Saúde, prioritariamente, lotados nos serviços de assistência, nos Hospital Geral Dr. João Machado, Centro de Reabilitação Infantil - CRI e Hospital Maria Alice Fernandes.
<b>VAGAS:</b>	120 vagas, na modalidade presencial, distribuídas 40 vagas para cada Unidade de Saúde, podendo ser realocadas, conforme porte e necessidade da unidade.
<b>PERIODICIDADE:</b>	Anual, sendo ofertada em períodos que podem ser agrupados e de acordo com agendamento por turmas compostas por servidores das 03 unidades.
<b>UNIDADES DE SAÚDE ALCANÇADAS:</b>	Hospital Geral Dr. João Machado; Centro de Reabilitação Infantil - CRI e Hospital Maria Alice Fernandes
<b>LOCAL:</b>	a definir, de acordo com a quantidade de inscritos na capacitação, sendo possível o agrupamento de unidades.
<b>CARGA-HORÁRIA:</b>	20 horas - sendo 16 horas presenciais e 04 horas de atividades remotas.
<b>RESUMO:</b>	Capacitação <b>MELHORIA DA QUALIDADE DO ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS PCDs DO SUS NAS UNIDADES DE SAÚDE DA SESAP/RN</b> , público-alvo os servidores da SESAP/RN, é voltada para melhoria do atendimento ao usuário do SUS com deficiência, seja física ou intelectual, dentro do campo de atuação da Secretaria Estadual, conforme orientado pela Legislação Brasileira que direciona o serviço público de saúde.
<b>MINISTRANTES:</b>	A definir, de acordo com agenda dos palestrantes especializados na área, definidos e convidados previamente, conforme data planejada pela SGES.
<b>OBJETIVO FINAL:</b>	O objetivo desta capacitação é a melhoria do atendimento ao usuário do SUS com deficiência, seja física ou intelectual na Rede SESAP.
<b>ORGANIZAÇÃO:</b>	Capacitação articulada e ofertada pela Subcoordenadoria de Gestão da Educação na Saúde – SGES/CGTES/SESAP e outros que possam apoiar a capacitação.

Fonte: Elaborado pelos autores. Junho, 2023.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como resultado deste estudo e resgatando o objetivo inicial, a saber: propor uma capacitação profissional para os servidores da rede SESAP/RN, para viabilizar um atendimento de melhor qualidade aos usuários que se enquadrem no perfil descrito, dentro do proposto em Lei, tem-se a seguinte reflexão: é notória a necessidade do Sistema Único de Saúde de possuir práticas vinculadas a Legislação, garantindo ao usuário PcD, melhor qualidade do serviço oferecido através de colaboradores preparados e aptos a receber a sociedade, independente de suas necessidades.



As pesquisas encontradas demonstram temáticas importantes para o reconhecimento e fortalecimento do atendimento das pessoas com deficiência nos serviços de saúde, a saber: Avanços e Desafios na Atenção à Saúde de Pessoas com Deficiência na Atenção Primária no Brasil, Atendimento à pessoa com deficiência auditiva e surdos na Atenção Básica e Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência. No entanto, torna-se necessário uma continuidade de investimento na qualificação das equipes estimulando publicação de materiais com vistas à visibilidade do desenvolvimento dos programas e projetos demandados pelo Ministério da Saúde, no tocante a ambos os públicos discutidos neste estudo: usuários com deficiência e trabalhadores que atendem a esses usuários.

Quanto aos estudos encontrados considera-se que essa é uma representação baixa, merecendo uma reflexão sobre a importância de fortalecer e desenvolver ações dentro da perspectiva de ampliar a temática e preparar melhor os profissionais de saúde, uma vez que deve ser considerada como providência prioritária o desenvolvimento de atividades educativas na temática como estratégia da promoção da educação permanente em saúde, uma prática que vem sendo defendida em todos os espaços de trabalho do SUS.

Acrescenta-se que, para além das diretrizes e princípios do SUS, a formação de profissionais de saúde, com vistas a melhor atender aos usuários, deve estar em constante alinhamento ao que preconiza a Reforma Sanitária Brasileira. Ora, sabe-se que os trabalhadores de saúde do SUS estão inseridos no modo de produção capitalista, ao mesmo tempo, a sua práxis social está voltada para um projeto de transformação social, ou um projeto civilizatório. (AROUCA, 2003).

Por fim, cabe ressaltar que, após discutir a temática e aplicabilidade do projeto, com capacitações preparadas objetivando o melhor atendimento às pessoas com deficiência, uma avaliação deve ser priorizada com os profissionais capacitados e com os gestores das unidades de atendimento da Secretaria de Saúde do RN, prevendo a melhoria dos novos cursos e sugestão de possíveis adaptações no processo de trabalho.



## REFERÊNCIAS

AMORIM, E.G.; LIBERALI, R.; NETA, O.M. 2018. Avanços e Desafios na Atenção à Saúde de Pessoas com Deficiência na Atenção Primária no Brasil: Uma Revisão Integrativa. **Holos**, 2018, v. 01, p. 224-236. Disponível em <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/5775>. Acesso em: 29 mai. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Site do Planalto. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 05 de junho de 2023.

BRASIL, **Lei nº 8.080**, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, 19 set. 1990.

DUBOW, C.; GARCIA, E.L.; KRUG, S.B.F 2018. Percepções sobre a Rede de Cuidados à pessoa com deficiência em uma região de saúde. **Saúde Debate**, 2018, v. 42, nº 117, p. 455-467. Rio de Janeiro. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-1104201811709>. Acesso em: 02 jun. 2023.

FERNANDES, C. M. B.; MORISINI, M. C. **Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções**. Educação Por Escrito, Porto Alegre, 2014. v. 5, n.2, p. 154-164.

TIRADENTES, C.S. *et al.* Atendimento à pessoa com deficiência auditiva e surdos na Atenção Básica: desafios no preparo dos profissionais de saúde e alternativas de mudança, 2023, v. 23, nº 4, p. 01-08. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**. DOI: <https://doi.org/10.25248/reas.e11343.2023>. Acesso em: 02 jun. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: Minayo, M.C. (org). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 6ª ed. Petrópolis, R.J., Vozes 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11 ed. São Paulo: Hucitec/ABRASCO, 2008.

MINAYO, Maria Cecília Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 13.ed. São Paulo: Hucitec; 2013.

RIO GRANDE DO NORTE. **PORTARIA-SEI Nº 1343, DE 24 DE JULHO DE 2019**. Dispõe sobre os processos educativos em saúde e ações de Educação Permanente no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde Pública do Estado do Rio Grande do Norte. Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte, 2019: <http://webdisk.diariooficial.rn.gov.br/Jornal/12019-07-30.pdf> . Acesso em 18 jun. 2023.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. **As pesquisas denominadas do tipo "estado da arte" em educação**. Curitiba: Diálogo Educacional, v. 6, n. 19, 2006.